



TERCEIRO SETOR: SOCIEDADE CIVIL EM AÇÃO

THIRD SECTOR: CIVIL SOCIETY IN ACTION

Ieda Maria da Silva Pinto BARBOSA¹

RESUMO: A intenção de atender as necessidades sociais sempre esteve presente nos estudos sociológicos referentes ao capitalismo. Apesar do empenho científico em entender e propor soluções para os problemas sociais, as políticas liberais e neoliberais intensificaram a crise social. Frente à dicotomia entre desenvolvimento internacional e degradação nacional, a “sociedade civil” assumiu seu papel histórico em prol dos menos favorecidos. Neste cenário, diferente do Estado e da empresa, o Terceiro Setor se configurou como movimento cidadão típico, cuja característica fundamental é a consciência coletiva. Cabe destacar que a possibilidade de emancipação da sociedade civil esta relacionada à capacidade de gerar riqueza e um dos exemplos típicos de geração e apropriação coletiva da riqueza é a “economia solidária”.

Palavras-Chave: Terceiro Setor. Sociedade Civil. Capitalismo. Estado.

ABSTRACT: *The intention of meeting the social needs has always been present in sociological studies related to capitalism. Despite the scientific endeavor to understand and propose solutions to social problems, liberal and neoliberal policies have intensified the social crisis. Faced with the dichotomy between international development and national degradation “civil society” has taken its historic role in favor of the less fortunate. In this scenario, other than the State and the company, the Third Sector is configured as a typical citizen’s movement, whose key feature is the collective consciousness. It should be noted that the possibility of emancipation of civil society is related to the ability to generate wealth and one of the typical examples of generation and collective ownership of wealth is the “solidarity economy”.*

Keywords: *Third Sector. Civil Society. Capitalism. State.*

¹ Mestre em Educação. Especialista em Avaliação; Teoria da Comunicação Humana; Estudos Brasileiros; Planejamento e Desenvolvimento Regional; Graduada em Administração Escolar; Ciências Sociais; e Estudos Sociais; Professora da UnG – Universidade Guarulhos - Av. Anton Philips, nº 1, Vila Hermínia - Guarulhos / SP - CEP: 07030-010 - ibarbosa@prof.ung.br



INTRODUÇÃO

Com a revolução industrial, o mundo assistiu a um grande avanço tecnológico. As esperanças depositadas no novo sistema (capitalismo industrial) desencadearam estudos sociais que aos poucos assumiram características científicas (Durkheim, 2007). Para Durkheim (2007), caberia a sociologia propor “remédios” para a vida social. No entanto, tais “remédios” não foram suficientes para a construção de um modelo social mais justo e solidário.

A exploração capitalista cresceu e rompeu as barreiras nacionais. A prioridade do capital é o lucro e as diferenças culturais não podem ser limites para a internacionalização. Segundo Karl Marx (Engels e Marx, 2007), o sistema capitalista não teria a capacidade de promover a justiça social, pois sua natureza é predatória. Assim, para superar a exploração do homem pelo homem seria necessário estabelecer um novo sistema econômico.

A sociologia clássica não fazia menção direta ao terceiro setor, as discussões sociais, em geral, tinham como eixo o governo (primeiro setor) ou o mercado (segundo setor). Os primeiros estudos sociológicos focados na “sociedade civil” (Gramsci, 2006) foram desenvolvidos na Itália Fascista como crítica ao governo centralizador de Mussolini e a exploração capitalista. Para Gramsci (2006), a sociedade civil assumiria seu papel histórico em direção da transformação social.

Nas últimas décadas do século XX a defesa do “Estado mínimo” ganhou força no cenário nacional e internacional (Gros, 2003). O afastamento entre o Estado e a sociedade abriu espaço para os “negócios sociais” (Artemisia, 2011). Cabe ressaltar, que mesmo “bem intencionada” a ação social de natureza empresarial sofre pressão do mercado e não é capaz de conter as crises estruturais. Como exemplo deste fato, a crise estrutural latino-americana da década de 80 (século XX) levou ao crescimento da pobreza.

No período de transição entre os séculos XX e XXI, os movimentos sociais cresceram em escala mundial, pois o desenvolvimento econômico não correspondeu à melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres (Simionatto, 2001). Em resposta às demandas sociais, as empresas assumiram sua responsabilidade/compromisso social. No entanto, o conteúdo mercadológico e econômico desta iniciativa pode desencadear a mercantilização das ações sociais.

O Terceiro Setor, diferente do Estado e da empresa esta fundamentado na “consciência coletiva” (Gorni; Dreher e Machado, 2009) e incluem a participação da sociedade como um todo sem diferenciação de níveis sociais. O objetivo deste artigo é indicar as tendências contemporâneas para a superação das crises sociais, apontando o “Terceiro Setor” e a “Terceira Via” como concepções que impulsionaram a sociedade civil a se articular de forma organizada e autônoma.

CAPITALISMO X DEMANDAS SOCIAIS

Atender as necessidades do ser humano é um desafio que suscitou a dedicação de uma série de estudiosos capitalistas, desde o século XIX. Entre aqueles que estudaram a possibilidade de atender as demandas sociais podemos destacar três: Saint-Simon, Augusto Comte e Émile Durkheim (Bedone, 2008). Cabe esclarecer que já no século XIX estes estudiosos se destacaram ao relacionar as demandas sociais à ordem econômica. A este respeito (Bedone, 2008, p.28) destaca que:

Santi-Simon [...] vivenciou a sociedade francesa pós-revolucionária, que se encontrava em estado de desordem geral, e acreditava que o industrialismo trazia consigo a possibilidade de satisfazer as necessidades da população, e que a ordem e a paz, na nova sociedade, poderiam ser propiciadas pelo progresso econômico.



Embora a consolidação do sistema capitalista tenha despertado a esperança de paz e satisfação social, o mundo assistiu, nos primeiros anos do século XX, a uma grande crise. A expansão industrial trouxe a concorrência sem limites e conflitos de dimensão mundial. As grandes expectativas depositadas no sistema capitalista foram severamente contrariadas pela realidade competitiva, pois a economia, por si só, não foi capaz de se autorregular. Ao estudar a expansão da crise capitalista das primeiras décadas do século XX, Behring (2009, on-line) indica que:

A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto e bárbaro nas duas grandes guerras mundiais. Mas, para além das guerras, existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado à mercê dos seus movimentos tomados como naturais: a crise de 1929/1932.

Na segunda metade do século XX a esperança de construção de uma sociedade justa volta a ganhar força no cenário das ciências sociais. Os estudos sociológicos em defesa de uma sociedade mais solidária dividiram as opiniões entre duas grandes fundamentações: o capitalismo “moral” (Durkheim, 2008) e o socialismo “utópico” (Engels e Marx, 2007). No entanto, os ideais moralistas de Durkheim e igualitários de Karl Marx não foram suficientes para garantir a construção de uma sociedade não predatória.

[...] as antinomias próprias do capitalismo, sistema promotor da igualdade de direitos, a cidadania, mas ao mesmo tempo reproduzidor de desigualdades econômicas e sociais, constituirão alvo das críticas ao sistema, a partir das quais se constrói o campo da utopia socialista. O referido dilema perpassa

os ideais reformistas e socialistas desde o princípio, consistindo-se em termômetro de diferentes concepções políticas. A conhecida tensão é objeto de estudos clássicos no campo das Ciências Sociais. O dilema dá roteiro a uma das grandes polêmicas no pensamento político desde a origem. (Coeelho, 2009, p.510)

Apesar do empenho científico em entender e propor soluções para os problemas sociais contemporâneos, nas últimas décadas do século XX, as políticas neoliberais intensificaram as crises. Pois a concepção de “Estado mínimo” (Bresser-Pereira e Spink, 2006), em que o mercado assume total controle da coordenação econômica, fez a lógica de mercado se sobrepor às prioridades sociais.

[...] No caso latino-americano, por exemplo, o pano de fundo para as experimentações neoliberais foi justamente a “década perdida”, ou seja, a imensa crise estrutural da década de 80, caracterizada pela crise do modelo de substituição de importações, inflações, aumento da dívida externa, crescimento da pobreza e, nos fins dos anos 80, algumas hiperinflações nos países da região (Santos, 2009, p.178)

No século XXI, o desenvolvimento extraordinário da economia internacional, não raro, foi acompanhado pela “degradação humana” (Rodrigues, 2004) no cenário nacional. A dicotomia entre desenvolvimento internacional e degradação nacional, impulsionou a “sociedade civil” (Gramsci, 2006) a assumir seu papel histórico transformador em prol dos menos favorecidos. A mobilização social em todos os setores da vida humana evidencia que:

[...] o sistema capitalista necessita de [...] revisão e adaptação à realidade [...], para



que as injustiças sociais sejam combatidas. Tal adaptação não é construída pelos agentes econômicos, mas criada e impulsionada pelo protagonismo da sociedade civil organizada. A responsabilidade/compromisso social, por exemplo, enquanto iniciativa, foi incorporada em muitas empresas como respostas às pressões de movimentos sociais [...]; ou como respostas às pressões sobre a responsabilidade das empresas para com o desenvolvimento social do país em que atuam [...] (Gohn, 2010, p.11-12).

Frente às pressões sociais, as empresas encontraram lugar de destaque na construção de um modelo social mais justo. No entanto, a dualidade desta iniciativa – mercadológica e humanitária - tende a despertar críticas severas. Pois, a “lógica empresarial” (Marques, 2007) possui conteúdo mercadológico e econômico o que poderia levar a mercantilização das ações sociais. Em reação a este impasse, Uglione et. al., (2011, p.250-251) esclarecem que:

[...] ao “delegar” à empresa papéis como de definidora das ações de solidariedade que intencionamos realizar, estamos conferindo a ela o poder de efetivar estas ações com base em sua racionalidade específica, a qual é baseada no cálculo utilitário de consequências e cuja preocupação ética é incidental, e em seus valores característicos, dentre os quais figuram o lucro, os resultados em curto prazo e a eficiência, valores incompatíveis com a prática solidária característica de uma ação substantivamente orientada.

Frente à crítica de Uglione et. al., (2011), podemos concluir que é necessária a criação de uma alternativa que supere as limitações governamentais e a ideologia

empresarial para a superação da crise social.

TERCEIRO SETOR E TERCEIRA VIA

Diferente do Estado e da empresa, o Terceiro Setor pode ser considerado como movimento cidadão típico, cuja característica fundamental é a consciência coletiva (Houtart, 2007, on-line). Sem relação direta com as formas burocráticas de organização, o Terceiro Setor apresenta-se como alternativa de participação “societária” (Avritzer, 1997) para o enfrentamento dos problemas de exclusão social. Com o objetivo de superar as limitações da racionalidade estatal e de mercado,

[...] as organizações do Terceiro Setor apresentam fortes traços exclusivos que as diferenciam da organização pública ou privada. Elas fazem contraponto às ações do governo e ao mercado, pois incluem a participação da sociedade como um todo sem diferenciação de níveis sociais; promovem experiência popular por meio da participação voluntária; projetam uma visão integradora da vida pública; emprestam um sentido maior aos elementos que as compõem; apresentam um novo modelo de gestão baseado no exercício da cidadania, na transparência, no caráter público de suas atividades (Pimenta e Brasil, 2006, p.80)

Embora a crítica marxista entenda que a teoria da “terceira via” (Giddens, 1999) traga em seu bojo traços de certo conservadorismo liberal, a terceira via poderá se configurar como forte aliado do terceiro setor, já que, segundo esta leitura sociológica, o Estado não estaria isento de sua responsabilidade social, mas frente a sua “culpa histórica” (Cepêda, 2009), caberia ao mesmo mobilizar a sociedade civil em direção de novas estratégias de superação. Da mesma forma que Giddens (1999), Sales; Silva e Gadelha (2009) reforçam a idéia de que o



poder público possui a responsabilidade de atender aos interesses sociais da nação a qual serve. Assim,

[...] quando o Poder Público financiar as entidades do terceiro setor, por meio da atividade de fomento, deve-se levar em consideração que compete à iniciativa privada, tão somente, subsidiar as atividades estatais em prol do interesse público coletivo, sem, contudo, substituí-lo, vez que o Estado não pode, em momento algum, eximir-se de suas responsabilidades, por se tratar de funções outorgadas pelo legislador constituinte de forma intransferível (Sales, Silva e Gadelha, 2009, p.386).

Como fonte de financiamento do Terceiro Setor, o Estado brasileiro não foi capaz de atender as expectativas populares. A falta de planejamento adequado comprometeu a capacidade do Estado para financiar projetos sociais. A este respeito Toledo Jr. e Rossi (2010, p.59) afirmam que “o governo gasta mal o dinheiro público; em prioridades imediatistas, de conveniência, que à frente vão surgindo”. Assim, coube a sociedade civil recorrer à iniciativa privada para manter os assistidos pelos projetos. Este fato indica que o Terceiro Setor brasileiro depende da iniciativa privada, o que pode fragilizar a sociedade civil caso os interesses mercadológicos isente as empresas de sua responsabilidade social; pois,

[...] o sucesso de uma organização do Terceiro Setor está associado às parcerias realizadas com as fontes financiadoras da instituição, uma vez que esta condição resulta na sua sobrevivência, na melhoria da prestação de serviços aos assistidos, no aumento de capacitação dos recursos humanos e na atualização gerencial das organizações. Verifica-se que as fontes financiadoras são essenciais a todas as or-

ganizações do Terceiro Setor, pois se estas dependessem somente do apoio do Poder Público não conseguiriam sobreviver e atender à grande demanda social do País (Soares e Melo 2009, on-line).

O planejamento falho do Estado e os interesses mercadológicos das empresas colocam em risco os projetos de apoio aos menos favorecidos. A ausência de autonomia financeira limita a ação da sociedade civil, e compromete os projetos de inclusão social.

AUTONOMIA DA SOCIEDADE CIVIL

Para fortalecer a “sociedade civil” será necessário que ela se organize de forma autônoma. A possibilidade de emancipação da sociedade civil esta relacionada à capacidade de gerar riqueza de forma coletiva, um dos exemplos típicos de geração e apropriação coletiva da riqueza é a “economia solidária”. Embora a economia solidária seja resultado da resistência inglesa do século XIX, “no Brasil, o movimento só ganhou força no final do século passado, mas tem crescido consideravelmente nos últimos anos e já faz do país uma referência internacional no assunto” (Prado, 2008, on-line).

Para entendermos a importância deste movimento é necessário caracterizá-lo e entender que não há relação direta entre governo, empresa e “economia solidária”. Pois,

[...] a Economia Solidária se manifesta através de uma pluralidade de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda, envolvendo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, além de organizações que prestam atividades de suporte, como financiamento, comércio e consumo dos bens e serviços ofertados pelos empreendimentos. Esses empreendimentos assumem formas variadas de organização [...]



e apresentariam características bem marcantes que os distinguem tanto da atividade econômica capitalista tradicional como também da economia informal. Os grupos de Economia Solidária se pautariam pela gestão coletiva, propriedade comum dos meios de produção, relações de trabalho não hierarquizadas e pela autogestão [...] (Costa e Carrion, 2009, p.69).

Embora não seja possível comprovar que a economia solidária seja a alternativa mais eficaz de combate as desigualdades sociais, está claro que é uma forma de organização típica da sociedade civil e tem como propósito garantir o atendimento das demandas sociais de forma autônoma e coletiva. A importância da economia solidária está no fato de indicar que a sociedade civil está assumindo o seu papel político, social e econômico de forma ativa, consciente e crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa da sociedade civil em assumir o curso de sua própria história, abre um precedente de esperança àqueles que foram excluídos dos benefícios da sociedade capitalista. Diferente no Estado ou do mercado, nas ações da “sociedade civil” prevalece a consciência coletiva, em detrimento dos interesses individuais ou de classe.

A ação da sociedade civil indica que as soluções para os problemas sociais não podem permanecer no universo da discussão ideológica entre os defensores do capitalismo e seus opositores, ou na luta entre o poder político e econômico. Há dois séculos, soluções teóricas e projetos idealistas dinamizaram os espaços de discussões intelectuais, mas as discussões não foram suficientes para solucionar as crises sociais de forma objetiva, quando muito, minimizaram os impactos sociais da economia de mercado.

Nesse contexto, a sociedade civil se articulou para

resolver seus próprios problemas, pois a esperança no Estado e no mercado foi perdida. Mais por falta de alternativa, do que por consciência, as comunidades de excluídos se articularam para prover seu sustento e resgatar sua humanidade (Oliveira, 2009). Uma vez resgatada a humanidade, essas comunidades se mantiveram por meio da consciência coletiva.

Não é possível negar que a garantia do sucesso de um projeto social esta na sua capacidade de captar recursos financeiros. Assim, com a falta de possibilidade de financiamento público é consequente a dependência dos financiamentos privados. As ações do terceiro setor ficaram dependentes da iniciativa privada. Para combater esta dependência, destaca-se no cenário nacional a “economia solidária”, iniciativa que poderá garantir autonomia financeira aos projetos da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTEMISIA, Negócios Sociais. **Por que surgiram os negócios sociais?** Disponível em: <http://www.artemisia.org.br/entenda_o_conceito.php> Acesso em: 15 set. 2011.
- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, p.149-174. 1997.
- BEDONE, Dalva Maria Bertoni. Sociologia e sociedade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Introdução às ciências sociais**. 16. ed. Campinas: Papirus, p.27-38.
- BEHRING, E. R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** [on-line]. Brasília: CFESS. 2009. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/294779267/name/Texto_6_-_Politica_Social_no_Contexto_de_Crise_Capitalista%5B1%5D.pdf> Acesso em: 19 set. 2011.



- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. **Perspectivas**, Marília, v. 35, p.211-242, 2009.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. A esquerda ontem e hoje: o dilema entre igualdade e Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista no constituinte de 1934. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p.509-527, 2009.
- COSTA, Pedro de Almeida e CARRION, Rosinha da Silva Machado. *Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais*. **Otra Economía**, São Leopoldo, v. 3, n. 4, p.66-81, 2009. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/1125/304>> Acesso em: 30 set. 2011.
- DURKHEIM, Emile. **A educação moral**. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.
- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**, 3. ed. São Paulo: Martins. 2007.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **Manifesto comunista**, 18. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record. 1999.
- GOHN, Maria da Glória. Ações coletivas civis na atualidade: do programas de responsabilidade/compromisso às redes de movimento sociais. **Ciência Sociais Unisinos**, v. 46, n.1, p.10-17, 2010.
- GORNI, Patrícia Monteiro; DREHER, Marialva Tomio; MACHADO Denise Del Pra Netto. Parceria e cooperação intersetorial em uma organização do terceiro setor: o caso do balneário Camboriú com vida Convention & Visitors Bureau. **Turismo Visão e Ação**, v. 11, n. 2, p.263-279, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006. v. 2.
- GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neo-liberais no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: FEE Siegfried Emanuel Heuser. 2003.
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas** [on-line], 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap_20.doc> Acesso em: 12 Mar. 2011.
- MARQUES, José Carlos. A mídia moderna entre a importância da informação e a dependência do anunciante. **Rumores [on-line]**, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rumores/article/viewFile/6483/5885>> Acesso em: 06 Out. 2011.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cadernos Cedes**, v.29, n.79, p. 309-321, 2009.
- PIMENTA, Solange Maria e BRASIL Elvécio Ribeiro. Gestores e Competências Organizacionais no Terceiro Setor em Itabira – MG. **Gestão & Regionalidade**, v.22, n.64, p.78-89, 2006. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/58/19> Acesso em: 09 Out. 2011.
- PRADO, Thays. Economia Solidária: futuro do desenvolvimento? **Planeta Sustentável [on-line]**. 13 Jun. 2008. Cad. Desenvolvimento. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_282947.shtml> Acesso em: 13 Ago. 2011.



- RODRIGUES, Elaine Aparecida. A Vida do Homem/ O Homem sem Vida: Retratos da Degradação Sócio-ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2, 2004, Anais do II Encontro da ANPPAS. Indaiatuba: USP/UNICAMP, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT12/elaine_rodrigues.pdf> Acesso em: 18 set. 2011.
- SALES, Monique Ramalho de; SILVA, André Ricardo Fonseca da; GADELHA, Cláudio Cordeiro Queiroga. Organização da sociedade civil de interesse público: parceria com a administração pública em terceirização irregular de mão-de-obra. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**, João Pessoa, v. 16, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/35607>>. Acesso em: 30 agos. 2011.
- SANTOS, Andre Luis Nascimento dos. Brasil, Novas agendas sócio-políticas por novos pactos sociais ainda instáveis. Estabilidades futuras serão possíveis? **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.2, n.1, p.175-184, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/54/pdf_11>. Acesso em: 15 Ago.. 2011.
- SIMIONATTO, Ivete. A Influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro. **Trilhas**, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, 2001.
- SOARES, Alexandra Carla Aguiar Antunes e MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Gestão do terceiro setor: uma prática social?* **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v.17, n.1, p. 1-11, 2010. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v17n1/v17n1a02.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2011.
- TOLEDO Jr., Flavio C. de e ROSSI, Sérgio Ciqueira. O controle da Lei de Responsabilidade Fiscal. A experiência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Dez anos de vigência. **Revista Técnica dos Tribunais de Contas**, Belo Horizonte, v.1, n.0, p.57-71, 2010.
- UGLIONE, Helena Kuerten de Salles; BARCELLOS, Rebeca Moraes Ribeiro; SILVA, Rosimeri Carvalho; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Mercantilização de ações solidárias empresariais: uma discussão a partir da análise crítica do discurso. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional. Recife**. v.2, n.9 p. 226 - 253, 2011. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/view/389/200>> Acesso em: 18 Set. 2011.